

JOSÉ NICOLAU DE SOUZA

APROVADA em 15/02/84.

Obs. - Considerando que o amadurecimento intelectual evolui através de um processo que passa por diferentes etapas, recomenda-se atencãõ às incorreções teóricas e científicas contidas no texto, sobretudo no item 2.

Teixeira
M. Daniel de Almeida
Doutor Augusto de S. Tavares

A AÇÃO EDUCATIVA DA IGREJA NO MEIO RURAL:
a presença da JAC

Orientadora:

Profa. Jandira Araújo Teixeira

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da UFRN, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Educação, como aluno do Curso de Especialização em Educação.

Natal - 1984

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

- A.C.B. - Ação Católica Brasileira
A.C. - Ação Católica
ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
CEPAL - Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
JAC - Juventude Agrária Católica
JACF - Juventude Agrária Católica Feminina
JEC - Juventude Estudantil Católica
JECF - Juventude Estudantil Católica Feminina
JIC - Juventude Independente Católica
JICF - Juventude Independente Católica Feminina
JOC - Juventude Operária Católica
JOCF - Juventude Operária Católica Feminina
JUC - Juventude Universitária Católica
JUCF - Juventude Universitária Católica Feminina
LAC - Liga Agrária Católica
LACF - Liga Agrária Católica Feminina
MFC - Movimento Familiar Cristão
PIN - Plano de Integração Nacional
PROTERRA - Programa de Distribuição de Terra e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste
SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SESP - Serviço Especial de Saúde Pública
SIA - Serviço de Informação Agrícola.

SUMÁRIO

	Páginas
1. INTRODUÇÃO -----	4
2. BREVES NOTAS DA HISTÓRIA BRASILEIRA -----	7
3. A IGREJA NA SOCIEDADE -----	22
3.1- A ação educativa da Igreja -----	22
3.2- A Ação Católica e os movimentos especializados--	26
4. A JAC COMO MOVIMENTO ESPECIALIZADO DA AÇÃO CATÓLICA PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO -----	31
4.1- Origem e estruturação à nível nacional -----	31
4.2- A influência do contexto histórico -----	34
4.3- As preocupações da JAC Brasileira -----	36
4.4- A evolução da prática -----	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	44
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	50
7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA -----	52

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho, inicialmente, se direcionava para a compreensão do que é e como se dá a formação da "consciência crítica", como comumente é falada, ou mais concretamente, da consciência de classe.

Essa preocupação se originou do trabalho de educação não formalizada, no qual o autor teve participação como integrante de grupo local, da coordenação a nível paroquial, diocesano, regional e nacional, entre 1963 e 1970.

Este trabalho educativo era parte da ação evangelizadora da Igreja Católica, através do Apostolado dos Leigos. Tratava-se do movimento de Juventude Agrária Católica, JAC, que por sua vez era um dos componentes do conjunto dos movimentos especializados da Ação Católica Brasileira. Era a ação a partir de cada meio de vida do jovem (operário, estudantil, profissional liberal, rural), e a JAC atuava no meio rural.

As proposições da JAC se situavam na perspectiva de uma educação integral do jovem rural, para que ela se comprometesse com as transformações da sociedade. Era todo um exercício para despertar, fundamentar e encaminhar a organização do meio rural como setor importante da sociedade. Chegavam a falar em classe e, para tal, encaminhavam toda uma discussão sobre sindicalismo e cooperativismo como formas mais elaboradas de união e organização do meio rural.

A constatação de que a maioria dos egressos da JAC não se compromete como classe, ou tem esta visão distorcida, veio se apresentando como questão fundamental, daí ser importante procurar entender este fenômeno. Trata-se do caso daqueles que, mesmo dentro de um sindicato, não ultrapassam os limites do sindicalismo, tutelado pelo governo e se tornam pelegos, carreiristas em nome da classe; ainda, os egressos que apenas se promoveram e não mais se "preocuparam com a classe" para a qual foram formados e orientados.

À luz de algumas indicações do materialismo histórico, estas preocupações se tornaram mais consistentes, e finalmente o estudo se direcionou no sentido de situar historicamente o surgimento e desenvolvimento da JAC e, conseqüentemente, indicar

alguns pontos que possam encaminhar a uma análise posterior. Em relação ao objetivo inicial, apenas se consegue perceber, de forma bastante sutil, algumas indicações que apontam para o problema da consciência de classe.

Estas indicações situam-se mais precisamente no fato de ser a Igreja um aparelho ideológico do Estado, portanto, parte integrante da superestrutura ideológica da sociedade capitalista, assim atuando sob as determinações da infraestrutura econômica, da qual a superestrutura é expressão. A partir daí, a JAC, como componente da ação evangelizadora desta mesma Igreja, passa a ser melhor entendida como mecanismo deste aparelho ideológico. Outras indicações importantes se referem à formação da consciência e às transformações sociais.

Assim compreendida, fica mais fácil entender as ações ambíguas, descomprometidas ou equivocadas dos egressos da JAC, pela força ideológica da ação da Igreja. Este aspecto ideológico se encontra expresso nos objetivos do movimento, quando se propõe a formar a juventude para a organização do meio rural, supondo a existência de uma sociedade desenvolvida, e que o meio rural apenas se capacita para participar deste desenvolvimento. Daí a idéia de promoção do jovem e de todo o meio rural.

Esta orientação é ideológica porque esconde a estrutura e funcionamento da sociedade vigente e, assim sendo, toma as idéias como que independentes da realidade no seu concreto. Desta forma separa a sociedade humana da comunidade eclesial, "esquece" as idéias do concreto, trabalhando ao nível das consciências individuais, para que, mudando as mentalidades, as mudanças na sociedade aconteçam.

A sistematização dos dados, numa reflexão gradativa, vai nos mostrar que a Igreja serve à sociedade que vai determinando sua ação nos vários momentos históricos, e a JAC surge no Brasil mais ou menos em um destes, em que o capitalismo tem pretensões em relação ao campo.

O estudo que resultou finalmente neste trabalho se inicia com algumas indicações do contexto histórico brasileiro, como a referência principal para a compreensão da ação do movimento em apreço. Em seguida, colocamos a presença da Igreja na sociedade, possibilitando compreender e situar a razão de ser da

JAC como um movimento de Ação Católica, parte do apostolado da Igreja. Seguindo-se, descrevemos a própria JAC, situando a sua origem e a estruturação nacional, a influência do contexto histórico, as preocupações e a evolução de sua prática. Por fim concluímos com algumas considerações gerais para o aprofundamento, desta análise, posteriormente.

Com a elaboração deste trabalho esperamos contribuir para que se estabeleça o debate, entre aqueles que militaram na JAC, movimento este que, durante décadas, envolveu parcela significativa da juventude rural no Brasil, como também para a sua inclusão nos estudos e debates que se realizam sobre a presença da Igreja no meio rural. É oportuno estudar qual o tipo de contribuição efetiva que daí resultou: se a favor ou contra o projeto histórico da classe trabalhadora.

2. BREVES NOTAS DA HISTÓRIA BRASILEIRA

Tomando como referência o fato de que as relações sociais, ou seja, as relações que os homens contraem na sociedade têm como base as relações de produção correspondentes a determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas materiais desta mesma sociedade, torna-se evidente, a necessidade de situar determinado problema em estudo no contexto histórico que o propiciou.

O conjunto das relações de produção é que forma a estrutura econômica da sociedade, a infraestrutura - base sobre a qual se ergue a superestrutura ideológica, de onde se originam determinadas formas de consciência social.

É sem dúvida, o modo de produção material que condiciona o processo que se estabelece e se dá na vida social concretamente, que determina os interesses que estão sempre em jogo nas relações entre os homens. Daí, só ser possível compreender o surgimento, o desenvolvimento e o desaparecimento de certos projetos de intervenção social, a partir desta referência às relações de produção, como determinações da infraestrutura econômica da sociedade, ou seja, do modo de produção determinante, que orienta a forma de como os homens se organizam para produzir a sua sobrevivência.

Considerando que a sociedade vigente é determinada pelo modo de produção capitalista que se movimenta na contradição fundamental entre capital e trabalho, é preciso que a tenhamos bem presente como um determinado tipo de sociedade e não em abstrato.

A contradição fundamental do modo de produção capitalista entre capital e trabalho se dá através da exploração da força de trabalho da classe trabalhadora (a que diretamente produz a riqueza material), por uma outra classe que detém o capital (que apenas administra e se apropria dos resultados do trabalho da classe que produz). Este processo se denomina mais-valia, mecanismo que permite o crescimento e a valorização crescente do capital. Evidencia-se, então, que este modo de produção se caracteriza pela separação dos homens em classes e é esta determinação que faz da sociedade capitalista, como uma sociedade de

classes.

Este mecanismo de crescimento e valorização do capital foi sendo constituído ao longo do desenvolvimento do modo de produção referido e, assim, historicamente tem determinado as relações sociais entre as classes. As relações estabelecidas na produção da riqueza material vão gradativamente exigindo novas fontes que alimentem a produção, ao mesmo tempo em que permita a venda dos seus produtos. Assim, em determinados momentos da história, se faz necessário ao capital a descoberta de novos horizontes, onde possa se expandir e realimentar-se, garantindo o seu crescimento. *É o imperialismo.*

Com base no exposto até então, é oportuno situarmos o Brasil, procurando ter clara a posição que vai ocupar como país no contexto da expansão e acumulação do capital que, não tendo pátria e nem fronteiras, é internacional, e, a partir de qual momento histórico aquele se torna importante e passa a integrar-se ao modo de produção capitalista.

A nossa importância como país se apresenta no momento em que era necessária a expansão do capitalismo europeu, esta expansão se baseava na dupla necessidade de adquirir matéria-prima para garantir o funcionamento da sua indústria e a colocação dos seus produtos. Naquele momento se dava um deslocamento da primazia comercial dos territórios centrais do continente para aqueles da fachada oceânica. Com isto acontecia não só um novo sistema de relações internas (no continente), mas também uma expansão ultramarina. Destaca-se neste contexto as transformações econômicas sofridas pela Inglaterra no começo do século XVI. (15:18)

São as determinações deste contexto que definem a nossa colonização. Esta era, por um lado, a reconstituição da nova sociedade num modelo e origem europeus e, por outro, uma grande empresa comercial destinada à exploração de recursos naturais de um território virgem em proveito de suas necessidades comerciais.

Daí, numa primeira fase, dentro do chamado modelo agrário exportador, fomos fornecedores de matéria-prima, tais como açúcar, tabaco e alguns outros produtos; mais tarde, ouro e diamantes; depois algodão, em seguida café. (15:23) Em consequência

dos objetivos da colonização que tivemos, a nossa economia foi sempre voltada para fora e, assim, atendia às necessidades de apoiar a expansão capitalista européia. Lá, o processo industrial atingia fases mais avançadas, de onde se apresentavam as necessidades de expansão, pelo grau de acumulação obtido, como meio de continuar crescendo e se fortalecendo.

Numa segunda fase, em decorrência de novas decisões ao nível da Europa, se dá aqui o estabelecimento de empresas subsidiárias de vários trustes internacionais. Estas empresas se constituíam nas principais vias de penetração do imperialismo e suas operações em nossa economia. Esta segunda fase se caracterizou como substituição de importações, ou seja, não mais exportávamos as nossas matérias-primas e importávamos manufaturas, mas passamos a produzir aqui mesmo, preenchendo as necessidades do mercado interno.

Foi a intensificação do nosso processo industrial, que motivou a revolução de 1930, quando se deu a mudança da hegemonia da oligarquia rural para a burguesia urbano-industrial. É importante ressaltar que a perda da hegemonia rural não se deu em sua totalidade, havendo uma composição desta no novo grupo hegemônico. Isto é compreensível porque não se tratava de uma mudança no modo de produção, mas de um reajustamento de interesses em jogo, no seio da mesma classe dirigente, a burguesia nacional.

O período de substituição de importações, iniciado em 1930, teve até 1945 um estágio de fortalecimento do Estado brasileiro, já que no período agrário exportador, as relações se davam diretamente da colônia com a Coroa portuguesa, cujos representantes apenas existiam no Brasil. De 1945 a 1960, outro estágio em que se deu a aceleração e a diversificação das importações, quando o centro das decisões passa a se situar no próprio país. (3:42)

A partir de 1960 teremos um outro momento de nossa economia, que é a internacionalização do mercado interno, (3:39) quando o capital estrangeiro, agora com maior expressão e liderança norteamericana, se instala com mais clareza e passa a comandar os nossos destinos. É o que justifica o golpe de 1964, quando a burguesia nacional se alia aos interesses estrangeiros

1930-
Revol.

Burguesia
nacional

Fase
estágio

Burguesia
nacional

com maior decisão e assim adere ao projeto de fortalecimento e reprodução do capitalismo internacional. Assume, assim, um compromisso com as necessidades do capital estrangeiro, pretendendo se tornar uma potência no contexto de desenvolvimento mundial.

Um pouco atrás, quando falamos das empresas subsidiárias no Brasil, abordamos a questão do imperialismo. Nos estágios de desenvolvimento do capitalismo, o imperialismo assume a sua fase superior(8), caracterizando-se mais como uma forma de atuação através de empréstimos financeiros, para o que se evidencia a atuação concreta dos Bancos. Isto se dá pela transferência de recursos a título de empréstimos, que serão pagos com juros. Nisto implica a remessa dos lucros obtidos pelas empresas estrangeiras, aqui instaladas, para seus países de origem, através de uma rede de bancos estrangeiros, também instalada no país.

Esta presença do capital estrangeiro no país não se dá de forma impositiva e superposta ao capital nacional. Ele toma a "forma nacional", sustentando o poder político deste, notadamente daqueles grupos que estão favoráveis aos interesses vigentes no momento. Assim, o imperialismo, muito mais do que a descrição das atividades do capital financeiro, é um sistema amplo e geral de organização econômica do mundo. (15:277)

Conforme já falamos, é da necessidade de expansão e acumulação do capitalismo europeu que viemos a ser colonizados. E com a nossa colonização, a história do nosso meio rural adquire uma nova dimensão. Aqui habitavam povos indígenas, vivendo da terra, livremente, que passam a ser subjugados pelos colonizadores que se apoderavam de suas terras e as exploravam em função dos objetivos capitalistas que os trouxeram até aqui.

No contexto do modelo agrário exportador, já referido, a nossa produção agrícola foi sempre voltada para fora, no sentido de manter as indústrias na Europa e garantir-lhes aqui um mercado certo. Daí, os nossos produtos como o ouro, a borracha, o açúcar e o café, dentre outros, formarem a base desta relação comercial da colonização até basicamente 1930.

Esta forma de exploração do meio rural se apoiava na concentração de terra em poder de uns poucos, ou seja, o latifúndio inicialmente oficializado pelas capitânicas hereditárias, que foi aos poucos estruturando o que hoje se tem como Estados da Federa

ção.

A cultura predominante era a cana-de-açúcar, no Nordeste, e as relações de produção aí eram do tipo escravocrata. Dadas as reações dos indígenas, no tocante ao confisco de suas terras e mais ainda de passarem a trabalhar como escravos para um dono, estes se viram obrigados a importar mão-de-obra escrava da África. Eram negros que vinham de lá, e aqui eram vendidos como qualquer mercadoria ao senhor do engenho que os utilizava em sua produção açucareira. Mais tarde, a colonização no Sudeste, com base na lavoura do café como predominante, se dá o incentivo à migração italiana e japonesa, estabelecendo-se uma outra forma de colonização.

Daí, estas relações de produção foram se estruturando e reproduzindo pelo meio rural a fora, em outras atividades como a agropecuária, onde os donos de terra tinham os moradores que, além do trabalho na atividade principal do seu patrão, plantavam culturas de subsistência para a sua sobrevivência, e ainda repartiam-nas com ele na forma de terça parte ou metade, conforme fosse acertado entre ambos, logicamente, com a determinação daquele. Era uma forma semi-feudal, se assim podemos chamar, conhecida como parceria agrícola. Uma outra forma de produção agrícola é o arrendamento, onde a pessoa sem terra aluga-a de um determinado proprietário por um tempo acertado, e assim produz para si, pagando apenas o preço do arrendamento da terra.

Também se ressalta como forma de produção, no meio rural, o assalariado, quando o dono da terra contrata trabalhadores da redondeza por um salário fixo na diária ou na empreita (tarefas acertadas). Outra forma de produção existente é a posse, quando uma pessoa se apossa de uma determinada extensão de terra, que não tem dono e aí passa a produzir para a sua sobrevivência.

Assim, com o latifúndio como ponto central, a produção agrícola no meio rural sempre teve como característica a escravidão, a parceria, o arrendamento, a posse e o assalariado. Tem sido com estas formas que as relações de produção no campo, historicamente, vem se dando e são a base do condicionamento que determina a vida e a consciência do homem ali inserido.

A concentração da terra é o ponto principal da estruturação da vida no meio rural, haja vista que corresponde ao cerne do modo de produção capitalista em relação ao campo, de onde se origina a divisão da sociedade em classes. Desta forma, no meio

rural temos bem presente o modo de produção capitalista, com base na exploração da força de trabalho de uma maioria sem terra (classe trabalhadora), por uma minoria (parcela da classe dominante) que detém, através do domínio da grande extensão de terra, as condições de produção na agropecuária.

É desta forma que, durante o modelo agrário exportador, a hegemonia do poder dominante estava com a oligarquia rural, já que este era o contexto no qual predominavam as transações e os interesses econômicos.

A partir do exposto, é conveniente retomar as condições de vida no meio rural, onde uma população bastante numerosa vive em situações sub-humanas, dominada pelos detentores do capital. Isto se explica pelo fato de a maioria não deter os meios de produção e, assim, além de vender sua força de trabalho, se sujeitar mais ainda pelas condições de moradia e de plantios de sobrevivência que lhes são consentidas pelo dono da terra.

Tudo isto se dá em meio a relações de exploração e degradação que podem se caracterizar como uma nova forma de escravidão, pois as pessoas, pelo fato de não terem terra, aceitam vender o seu trabalho por um preço irrisório e, também, aquilo que lhe foi consentido plantar para a sobrevivência, não têm a certeza de que colherão para tal. Ocorre que o dono, no seu livre arbítrio, pode decidir querer as plantações como forma de forragem para seus animais, e assim decretar a sua utilização, colocando-os para pastar no roçado. Muitas vezes não chega sequer a comunicar ao trabalhador. O mesmo acontece com a moradia, quando, por qualquer motivo, o dono pode pedir a casa e o seu morador vai para outro lugar em busca de trabalho e moradia. O fato de não ter terra não fixa o homem no campo, não lhes ajuda a consolidar uma identidade.

Todo este contexto condiciona o homem do campo a um tipo de consciência formada de que não ter nada é natural, próprio daqueles que não tiveram sorte para ter bens materiais. De uma certa forma fica mais fácil para esta população alicerçar este modo de pensar segundo os fundamentos do idealismo, sobretudo cristão, que termina por lhe proporcionar uma acomodação, à medida em que apela para explicações sobrenaturais.

Uma outra característica da vida no meio rural, durante muito tempo, era o isolamento de outros centros, principalmente onde as coisas eram decididas, cuja ponte de ligação que havia

Entre os agricultores e seu meio era o patrão. Esta situação fazia com que o camponês estivesse sempre envolvido com os problemas decorrentes de sua dominação imediata, dado ao seu contato mais direto com o patrão que mais e mais o comanda. Isto mantém arraigado na sua consciência o sentido da fraqueza e de deserdado do mundo.

Mesmo assim, durante muito tempo, essa população numerosa se manteve no campo, mais ou menos estabilizada, com uma mobilidade mais interna, isto é, de uma fazenda para outra, mas sempre no meio rural. Eram as condições de trabalho que, aliadas às de moradia e de plantio de sobrevivência, a sustentavam ali. Ao mesmo tempo, este fato correspondia aos interesses do capital enquanto se mantinha o chamado modelo agrário exportador. Podemos entender isto porque, sendo este modelo que convinha aos interesses do capital estrangeiro que nos colonizou, internamente criava condições de sobrevivência desta população, que conseguia manter, à altura, as exigências das transações do momento.

Em relação ao café, um outro produto agrícola de maior expressão no mercado internacional, os interesses financeiros estimularam o desenvolvimento desta lavoura no Brasil até a primeira Guerra Mundial. Acontece então uma nova direção dos principais interesses neste setor, que favorece a concorrência de outras grandes regiões produtoras, antes estagnadas, e o Brasil perde terreno. Esta concorrência estimula os grandes trustes industriais a descentralizar a produção, disseminando suas unidades pelo mundo, localizando-as em pontos estratégicos dos mercados e das fontes de matérias-primas. Desta distribuição o Brasil se beneficia, recebendo uma cota.

Tendo ficado esboçado em grandes linhas a caracterização do meio rural, relacionado com os interesses do capital estrangeiro, tentaremos algumas colocações sobre a industrialização, correspondendo a uma nova etapa de nossa economia.

O processo de industrialização do Brasil se intensifica a partir dos fins do séc. XVIII, com as indústrias têxteis principalmente de algodão, sob o predomínio do capital inglês. Em consequência das influências da primeira guerra mundial, por volta de 1920, ao lado da indústria têxtil, temos o predomínio da indústria de alimentação, principalmente daquelas relacionadas com o congelamento da carne.

Já nos referimos anteriormente ao processo de transferência gradativa de empresas industriais européias para o Brasil, na forma de estabelecimento de subsidiárias. Este processo se dá já bem antes da I Guerra Mundial; no entanto, e sobretudo após a II Guerra, o fato toma maior vulto. Tudo isto viria proporcionar, no futuro, a implementação da nossa indústria.

No obstante ser a Inglaterra a detentora da hegemonia, como representante do capital estrangeiro, grupos econômicos de outros países também começam a se instalar no país. Podemos destacar, dentre eles, o Japão, com interesse voltado para o algodão, no sentido de manter a indústria japonesa; e a Alemanha, que embora não atuando particularmente no setor algodoeiro com profundidade, torna-se o maior comprador do nosso algodão. Destacam-se, ainda, outros grupos importantes, principalmente norte-americanos, que também tiram proveito dos avanços conseguidos por aqueles. Estes, não se envolvendo diretamente com a produção, estendem as suas garras sobre a indústria do preparo e acondicionamento da produção (descaroçamento e enfardamento), e em atividades financeiras e comercial paralelas. São firmas norte-americanas que se instalam para absorver, inicialmente, tais atividades, até então, em descoberto no país.

A chamada crise do café teve como consequência a liberação de uma grande força de trabalho, iniciando-se um processo de expansão dos centros urbanos. Por isto, a industrialização significava a possibilidade de emprego para absorver a referida mão-de-obra e situá-la melhor na cidade.

Tendo acontecido a mudança do modelo agrário exportador com a Revolução de 1930, e passada a hegemonia para a burguesia urbano-industrial, o processo de industrialização, caracterizado pela substituição de importações, conforme já foi situado um pouco atrás, de imediato não surtiu os efeitos capazes de superar, em sua totalidade, o modelo anterior. Isto porque nenhuma mudança se dá de forma estanque, conservando-se do modelo anterior algumas características ou marcas que vão sendo superadas ao longo do processo seguinte. Daí ter havido uma mudança no sentido de não mais se importar produtos manufaturados, mas produzi-los aqui mesmo, para suprir o mercado interno, ao mesmo tempo em que se fazia o aproveitamento da matéria-prima e força de trabalho locais. Da mesma forma, que na agricultura, perduravam ainda carac

terísticas do tipo colonial, isto é, sempre voltadas para fora. Neste sentido, a industrialização só vai mesmo começar a ter uma presença de participação marcante na economia brasileira, a partir de 1956. (13:14)

Gradativamente, o processo de industrialização avança, diversificando-se sempre em função da acumulação do capital estrangeiro. Já nos referimos, mais vale ressaltar aqui que, inicialmente, com a supremacia do capital inglês, sobretudo a partir do final da década de 1950 em diante, esta supremacia passou para os Estados Unidos da América. São novos interesses do capital mundial, liderados por este país, que vão determinando o que se produzir e como produzir no Brasil.

Com relação aos meios rural e urbano, é comum raciocinarmos sempre em termos de oposição entre ambos, como se não tivesse nada a ver com o outro. É claro que há características e condições ambientais próprias de cada um, mas isto por si só não anula o que de fundamental os une concretamente. E este ponto de união só vamos encontrar naquilo que é o motor de toda a sociedade, ou seja, o jogo de interesses que demandam dos grupos econômicos, no modo de produção vigente. Assim, em nosso caso, na formação econômica, a substituição da hegemonia da oligarquia rural pela burguesia industrial não aconteceu como uma supremacia de uma sobre a outra a ponto de anular totalmente o meio rural; no entanto, se deu uma composição da oligarquia com a burguesia industrial, na nova forma de fazer avançar o capital. É claro que tudo se dava no mesmo modo de produção e se tratava apenas de equacionar os vários interesses que estavam em jogo naquele momento.

Neste sentido, a agricultura vai ter uma nova função no contexto da formação do nosso processo industrial. Basicamente podemos vislumbrar esta nova função, sendo assumida, na forma de Empresa Agrícola, quando seria possível a entrada do capitalismo de maneira mais decidida no campo. Daí, uma das principais funções da agricultura em relação à indústria é a liberação de mão-de-obra, pois, sendo expulsa do campo, vem para a cidade, procurando novas alternativas de vida. Esta expulsão se dá pela entrada de técnicas agrícolas no campo, que, com a utilização de equipamentos sofisticados, dispensam o emprego de mão-de-obra na quantidade até então absorvida. Além do mais, passa

a requerer uma certa qualificação e, conseqüentemente, um determinado grau de escolaridade para o manejo mais adequado de tais implementos.

Tudo isto foi motivando e acelerando gradativamente o êxodo rural, pois se dava concretamente o desemprego e a expulsão dos trabalhadores do campo. A esta altura já se contava com a multiplicação dos meios de comunicação de massa, principalmente com a penetração do rádio no meio rural, levando novas informações até ali, possibilitando que fossem feitas, por parte desses trabalhadores, comparações entre as condições de existência material no campo e na cidade, e para lá se dirigiam buscando melhoria de vida.

Esta situação vai criando e ampliando os aglomerados na cidade, em volta da indústria, e assim surgindo novas situações. Estas estão ligadas não mais só com a necessidade de mão-de-obra, mas também de sobrevivência da cidade. Teremos, assim, uma outra função da agricultura que é a de garantir o abastecimento de produtos para o consumo interno, ao lado da manutenção da exportação. (13:20,25)

Todo este movimento traz para o meio rural a consequência de que gradativamente vai diminuindo o contingente de pessoas vivendo ali, e se processa a proletarização do trabalho agrícola. Isto equivale dizer que ocorre uma nova etapa na transformação do trabalhador rural em assalariado, pois o agricultor, a partir de então, passa a vender a sua força de trabalho, no ambiente urbano industrial ou mesmo na fazenda, transformada em Empresa Agrícola. (4:80)

Como vemos, no contexto do modo de produção capitalista, este antagonismo, que parece tornar o campo autônomo da cidade, não existe pois ambos fazem parte da composição do mesmo jogo, e se complementam no sentido de garantir sempre a expansão, acumulação e apropriação do capital. São reorganizações da mesma forma de produção, implicando em cada mudança para novas etapas, na modernização e entrada cada vez maior do capitalismo no país. Aquilo que podíamos vislumbrar como antagonismo são pontos de encontro, não percebíveis claramente, sem os mecanismos que evidenciem este movimento crescente e contraditório do capital. Um outro elemento que pode aclarar isto que estamos falando é que mudanças substanciais só vão ocorrer no meio rural, à medida em

que o peso relativo dos mercados nacional e internacional variarem. Neste sentido, para sofrer mudanças, o meio rural depende das decisões que são tomadas a nível dos centros externos e das funções do setor industrial em determinados momentos.

Todas estas transformações ao nível do económico, ou seja, a implantação da industrialização e as modificações na agricultura, modernizando-se em função de permitir a gradativa estabilização do capitalismo mundial no país, vão provocar uma série de modificações na nossa vida social. Em relação ao meio urbano, surge uma camada de proletariado, do operariado industrial, que começa a se organizar, reivindicar e participar das decisões políticas. Também começa a se organizar o setor de serviços (terciário), como forma de absorver parte da mão-de-obra que não ia diretamente para a produção. No meio rural, começam a surgir vários tipos de lideranças políticas. É o começo da organização dos trabalhadores rurais, inspirada na forma como os operários da indústria estavam fazendo. É neste contexto, que se criam as ligas camponesas e os sindicatos rurais. As principais reivindicações do proletariado rural eram basicamente liberdade de organização sindical e política e a reforma agrária.

Verifica-se grande mudança em relação à consciência que o camponês tinha até o momento em que estas alterações começam a se dar. Desaparecem aqueles padrões e valores do tipo comunitário ou patrimonial, que os mantinha numa ligação mais afetiva (laços de compadrio, amizade), parecendo que eram comuns entre si. Agora, o camponês já não define o proprietário e o capataz como o outro (relação familiar), mas tem condições de manter certa distância e já os define politicamente, começando a chamar a atenção da burguesia rural aquela série de reivindicações anteriormente reclamadas. (4:90/93)

Toda esta mobilização e organização da classe trabalhadora, tanto no campo como na cidade, encontram respaldo no governo populista de Getúlio Vargas, que tenta cooptá-los a seu favor. Assim, trata de estabelecer um pacto, onde se aglutinam interesses económicos e políticos do proletariado, classe média e burguesia industrial, visando fortalecer e expandir o setor industrial e tentando, quanto fosse possível, estruturar o

terciário.

Esta estratégia política se concretizou sobretudo pela legislação trabalhista para o operariado da cidade. Em 1940, cria-se o salário mínimo, e em 1943 a Consolidação das Leis do Trabalho. Só em 1963, o populismo chega ao campo, com a transformação do Estatuto do Trabalhador Rural em lei. Já era bastante atrasado, mas só aí acontecia em relação ao meio rural.

Enquanto se dava maior atenção ao operariado na cidade, conforme as providências já referidas, no campo a ação se voltava mais no sentido de possibilitar canais de participação desta população, através da educação. Era uma tentativa de conter um pouco a migração do campo para os centros industriais, propondo fixá-las e melhorar as condições de vida ali mesmo.

Esta tentativa se deu através das Campanhas de Educação Rural e ^{de} Extensão Rural, nas décadas de 1940 e 1950. Era toda uma estratégia centrada na Educação de Base, através do desenvolvimento de comunidades. Eram desenvolvidas atividades de melhoria da escola formal, e a esta se acrescentavam noções de higiene, saúde preventiva, primeiros socorros, campanhas de vacinação. Mobilizava-se a comunidade e se organizavam Clubes de Mães, de Jovens. E ao agricultor ensinavam-se as técnicas agrícolas, capacitando-o para melhorar a sua lavoura com a adoção de tecnologia adequada ao plantio e ao uso de implementos novos. Criavam-se cooperativas. Também fazia parte desta ação o combate ao analfabetismo e, para tanto, se desenvolviam cursos de alfabetização de adultos e adolescentes.

A ação da Igreja também se faz presente, neste contexto, através dos seus movimentos de Ação Católica, como a JAC. Esta atuava sobretudo na formação de lideranças, visando ao desenvolvimento da sociedade na zona rural.

Em tudo isso estava implícita a ideologia da promoção do camponês e do meio rural, para que pudesse participar do processo de desenvolvimento global que se realizava no país.

No contexto do capitalismo internacional, percebemos que o Brasil é apenas um elo desta corrente que envolve todos os povos do mundo, controlados pelo capital financeiro, que visa apenas se reproduzir e crescer. Por isso, as funções assumidas pelo Brasil: exportador de matéria-prima; fornecedor de mão-de-obra

bra abundante e barata para a indústria; garantia do mercado consumidor, dentre outras, atendem exatamente às necessidades impostas pelo tipo de relação estabelecida.

Aquelas necessidades são expressas em diversos momentos e, assim, a cada um destes corresponde uma etapa que se apresenta ao país como sendo própria do seu desenvolvimento, quando de fato, não são não o é, como também nada se transforma, apenas se modifica a forma de garantir a permanência do modo de produção, pela crescente acumulação e apropriação do capital.

Desta forma é que, no início, era conveniente manter a exportação de nossas matérias-primas, enquanto já se preparava a nova etapa - a de substituição de importações, instalando subsidiária de matrizes estrangeiras para a produção industrial a nível nacional. Em consequência, como apoio ao esforço industrial nacional, seria repassado um financiamento que garantiria a autonomia, ou seja, o pleno desenvolvimento do país. Durante a execução dos empréstimos financeiros de forma mais específica, o capital estrangeiro passou a adquirir terras, jazidas minerais, investir em atividades paralelas, garantindo de todas as formas a valorização do capital, e comprometendo sempre mais a soberania nacional. É o caso da Volkswagen, da JARI e tantos outros grupos.

A partir de tudo isto, percebemos que o comportamento fundamental do capital está centrado na sua reprodução. Daí ser mais fácil compreender porque e como o sistema consegue sobreviver, contraditoriamente, produzindo até situações conjunturais, onde se aglutinam os mais diversos interesses, sem que isto venha provocar a mudança estrutural.

Desta forma, a classe trabalhadora sai sempre com menor possibilidade de ascender ao poder, de forma pacífica, pois a cada ajustamento conjuntural descobre que colaborou, assumindo o ônus; no entanto, isto poderá gradativamente aumentar a consciência de classe que vai alicerçando o projeto histórico da transformação social. É um processo de luta entre classes que se estabelece na sociedade.

Assim, se dá todo o processo de transformações sociais que são acompanhadas da participação da classe trabalhadora, quer do campo, quer da cidade. No campo, os primeiros sinais de orga

nização política dos trabalhadores se apresentam no período de 1930 a 1964 (4:45), quando surgiram as associações, as ligas camponesas e os sindicatos rurais, já referidos em outro momento.

Neste sentido, entende-se melhor a fase populista, como um comportamento que o capital adotou em determinado momento, onde se fazia necessário o apoio da classe trabalhadora ao seu projeto econômico, ao mesmo tempo em que seria possível penetrar e exercer um certo controle de todo o movimento de mobilização e organização desta mesma classe.

Com o avanço do processo de industrialização, o crescente agravamento da situação dos trabalhadores no campo e na cidade, chega-se ao início da década de 1960 com um crescimento das tensões sociais. O populismo havia favorecido um certo avanço da organização das camadas média e trabalhadora e, neste momento, a sociedade civil reivindicava reformas de base.

Com o golpe de 1964 se rompe definitivamente com o populismo e o país se integra ao capital estrangeiro, com a ideologia da segurança nacional. Esta tinha a função de reprimir os nacionais, para que o capital norteamericano, agora hegemônico, encontrasse a melhor forma de se expandir e, conseqüentemente, crescer, como representante maior do capitalismo internacional.

Em relação ao Nordeste, o fato mais importante se dá no final da década de 1950, quando se cria a SUDENE. Até então predominava a agro-indústria açucareira, e a SUDENE vem com a intenção deliberada de fazer o desenvolvimento, tornando o Nordeste um polo de desenvolvimento nacional.

Era o processo de industrialização intensiva que se dava aqui, calcado na teoria dualista: o Sul havia se desenvolvido, agora é a vez do Nordeste. Para tanto, se criaram vários incentivos, no sentido de motivar os industriais do Centro-Sul a instalarem indústrias no Nordeste. Estes incentivos permitiam descontar até 50% do imposto de renda devido, desde que investissem no Nordeste.

Em relação à agricultura, tratava-se de reordenar a produção, superando as formas tradicionais que ainda predominavam até então. (19:35)

Ao mesmo tempo em que se dava a implementação do parque industrial como prioridade, se processava uma revalorização da terra, estimulando a sua concentração e o desemprego de mão-de-obra rural, uma vez que os grandes proprietários tinham acesso a investimentos para dinamizar sua fazenda, com ênfase sobretudo na criação de gado. Tornou-se famosa a exclamação dos trabalhadores sem terra, sobre este fato: "o homem está sendo substituído pelo boi, e as lavouras de milho, feijão, por capim".

Assim, permanecia inalterada a estrutura da terra, agora amparada legalmente pelo Estatuto da Terra e pelos subsídios tanto da SUDENE, como de outros programas como o Plano de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Distribuição de Terra e de Estímulo à Agro-Indústria do Norte e Nordeste (PROTERRA). (19:40)

Esses programas não mudaram para melhor as condições de vida da maioria da população da zona rural; ao contrário, agravaram as condições de miséria, estimulando o êxodo rural, malgrado, inclusive a ação da Igreja.

Daqui por diante procuraremos situar a ação da Igreja, particularmente da JAC, em relação a estas indicações do contexto histórico de nossa sociedade.

3. A IGREJA NA SOCIEDADE

3.1- A ação educativa da Igreja

A Igreja é uma instituição social, portanto, situada numa sociedade determinada, com funções concretas a desempenhar nesta mesma sociedade. Assim sendo, não podemos compreender a Igreja sem a referência direta ao fato que a define parte integrante do conjunto da sociedade na qual está presente e presta serviços determinados. Esta forma de ver e compreender a Igreja coloca-a no mesmo nível das demais instituições criadas pela sociedade, com fins de servi-la. No entanto, todos os documentos, que regem e fundamentam a existência da Igreja, a fazem com a explicação da sua origem sobrenatural, divina, instituída por Deus.

Esta forma de justificar a existência da Igreja coloca - a acima de qualquer sociedade, tempo histórico, deliberação humana que ultrapassa todos os séculos. É da sua origem divina, portanto, sobrenatural, que se auto-define como eterna e realizadora do plano de Deus para a humanidade. Por estas definições, a Igreja estaria sempre isenta do poder temporal, pois a sua missão ultrapassa o natural, elevando-o ao sobrenatural que é o valor supremo a ser alcançado. Daí decorrem duas orientações básicas que fundamentam a ação da Igreja: 1) o Homem é um ser criado por Deus, chamado à existência no mundo para dar testemunho d'Ele, e; 2) a missão da Igreja é cristianizar o mundo, para que este chegue a ser o lugar que possibilite ao Homem realizar-se como ser humano, em toda a sua plenitude, conforme foi pensado pelo próprio Deus.

Do exposto, podemos concluir que a Igreja recebe o mandato e primazia da Educação, dado que as demais instituições o fazem só para o plano natural e esta vai mais além porque leva até ao sobrenatural. Para precisar melhor esta afirmação, vejamos o que nos diz, acerca do assunto, REDDEN e RIAN:

" ... a Igreja possui o primeiro

título que a habilita à educação, a autoridade suprema de ensinar a Fé Divina e conservar intato e inviolável o depósito que lhe foi confiado; de dirigir e modelar os homens em todas as suas ações, individual e socialmente, para a pureza da moral e integridade da vida, de acordo com a doutrina revelada ..."(16:105)

Ainda, em outra citação, podemos explicitar melhor o que vimos colocando, quando procuramos encontrar nesta forma de explicação o fundamento último, no qual se assenta este mandato da Igreja para a educação:

"Pela sua natureza, as instituições educacionais dividem-se em principais e secundárias. Deus e a criança formam o centro daquelas. Deus é o agente primordial na educação individual sobrenatural".(16:104)

Como a Igreja é a instituição visível que representa e exerce na sociedade o plano de Deus, entendemos perfeitamente o sentido de a mesma ter por primazia a responsabilidade da educação dos povos.

Desta forma de se justificar é que a Igreja se define como uma presença no mundo. "Se trata de servir o mundo, coisa que vai mais longe do que a simples presença".(1) Esta forma de a Igreja atuar como simples presença no mundo, desmistifica, de um lado, a sua característica divina (pairando sobre a sociedade) e de outro, as várias formas que esta presença vai tomando, dependendo do processo histórico da evolução da sociedade humana. Assim, no período do feudalismo, a Igreja teve o seu apogeu de "presença no mundo", com o domínio econômico e político da sociedade. Era uma das proprietárias de grandes

extensões de terras da Europa, e as fazia produzir nos moldes do modo de produção vigente, através dos mosteiros. Estes eram organizados como o feudo, onde os servos trabalhavam para os monges e, entre estes últimos, a organização se dava através de uma hierarquia, onde uns detinham as decisões, o planejamento (os cultos); e os demais, a execução (os incultos).

Assimilando, portanto, todas as formas de transação da sociedade do momento, a Igreja Católica, em poucos séculos, passou a controlar quase toda a economia feudal. (14:87,88,90) Dominando praticamente toda a sociedade, a Igreja exerceu também, de modo marcante, a sua influência na educação, através das escolas monásticas. Estas eram de duas categorias: uma para a formação de futuros monges e se chamava escola para oblatas; a outra, para a instrução da plebe, e eram as verdadeiras escolas monásticas. Estas escolas, no entanto, não se destinavam à instrução do povo, como haveríamos de pensar, mas sim, colocar as famílias camponesas em contato com a doutrina cristã. Vejamos como PONCE nos descreve este fato:

"A "Apressemo-nos a esclarecer que nessas escolas as únicas que podiam ser frequentadas pela massa - não, se ensinavam a ler, a escrever. A finalidade dessas escolas não era instruir a plebe, mas familiarizar as massas camponesas com as doutrinas cristãs e, ao mesmo tempo, mantê-las dóceis e conformadas". (14:91)

Acreditamos que a crença no caráter divino da Igreja e a sua condição de independente da sociedade humana, por estar acima dela, precisa ser melhor estudada. Ao longo do caminho histórico da sociedade humana, a Igreja foi tomando formas de acordo com o modo de produção vigente, servindo concretamente, aos interesses desta. Sobre isto PONCE nos coloca muito explicitamente:

"As transformações, que a sociedade sofreu durante o feudalismo, impuseram no domínio religioso, em relação à antiguidade, algumas diferenças de importância, ainda que não de molde a alterar o seu conteúdo de classe. A religião cristã, que nos seus começos encarnou os ideais confusos, mas rebeldes, dos explorados de Israel, encontrou entre os romanos que nada possuíam uma atmosfera propícia para a sua difusão. Perseguido a princípio como uma ameaça, o cristianismo foi atenuando pouco a pouco o seu ímpeto inicial, de tal modo que, quando, no decorrer de poucos séculos, se transformou na religião do Império, ele já havia perdido totalmente a sua primitiva significação. Os gritos contra a propriedade privada e contra a exploração por parte dos poderosos, que ressoaram, todavia, durante algum tempo entre os primeiros padres da Igreja foram se extinguindo não sem o protesto das massas. Ao invés de robustecer a sua rebeldia com a voz varonil dos primeiros profetas - o iracundo Miquéias, o vigoroso Isaías, o tremendo Ezequiel - o cristianismo canalizou para o mundo extraterreno as suas inquietações e suas esperanças. Enquanto o escravo e o servo sofriam sob os seus senhores, o cristianismo proclamava que eles eram iguais diante de Deus. Descoberta maravilhosa que respeitava o status quo terreno, enquanto não de

gava o momento de alterá-lo no
céu ..."(14:87)

Compreendida assim, a ação da Igreja, parece-nos que não paira acima de todas as sociedades, mas se dá nelas. Desta forma, ela desenvolve toda uma prática ligada aos interesses dominantes.

3.2 - A Ação Católica e os movimentos especializados

Em decorrência das modificações ocorridas na sociedade, como resultado dos movimentos revolucionários que assinalaram momentos históricos precisos em determinados períodos e contextos, a Igreja foi uma das mais afetadas. As principais consequências sobre ela foram o confisco de suas terras e questionamento de seus dogmas. Enfim, a sua doutrina foi posta em questão. Resultou então a perda considerável de seu prestígio. Concretamente, "a partir da idade moderna, o mundo procura a sua secularização" (17:2) A secularização nada mais é do que o mundo procurando valorizar o que é seu, apropriar-se e desenvolver-se, libertando-se assim do controle e deliberação da Igreja.

O Papa Leão XIII, na segunda metade do século XIX, "não titubeia em proclamar ter a Igreja perdido o operariado". (17:2) A partir desta tomada de consciência, a Igreja fez um esforço considerável no sentido de recuperar o terreno perdido e se adaptar às novas circunstâncias. Assim é que em 1931 foi criada a Ação Católica, destinada a reagrupar um certo número de movimentos de jovens nascidos entre 1920 e 1930. Estes movimentos seriam animados por leigos. Era o surgimento do apostolado dos leigos na Igreja.

Inicialmente, estes movimentos foram denominados de Ação Católica, em geral, e, no Brasil, em "1935 foi organizada oficialmente a Ação Católica Brasileira, em plano nacional". (18:16) Esta organização, em plano nacional, visava evitar a dispersão e o entrosamento das várias experiências já existentes no

no Brasil. (18:16) A carta de Pio XI ao Cardeal D. Sebastião Leme e aos bispos do Brasil, de 27/10/1935, estabelece o "modo de promover mais eficazmente a A.C. no Brasil". (18:17) Na mesma, ainda mostrava a necessidade de sua expansão por todos os recantos do país. Está assim destacada a importância da participação dos leigos no apostolado hierárquico da Igreja. Esta participação se define concretamente como uma colaboração para com a hierarquia da Igreja.

No sentido de concretizar melhor as propostas, o Papa sugere vários princípios para que esta colaboração se processe com "ordem, método, e prudência". (18:17) São eles:

- " - Formação integral dos membros da Ação Católica Brasileira: religiosa, moral, social.
- Caracterização de tais membros em categorias homogêneas: adultos, jovens e crianças.
- Iniciar o trabalho com pequenos grupos que possam depois fermentar evangelicamente a massa. A Ação Católica não é organização de massa, mas uma elite apostólica de conquista.
- Promover a harmonia e colaboração entre todos os que ingressem na Ação Católica, tanto no mesmo setor, como em setores diferentes, 'como membros de um só corpo e divisões do mesmo exército'. Fomentar a concórdia e a colaboração entre as associações religiosas e a Ação Católica, em torno dos Bispos Diocesanos.
- Organizar a A.C. especializada ('por meios de vida'): homens do campo, operários, estudantes, artistas e intelectuais.

-Selecionar e preparar sacerdotes, desde o tempo de sua formação nos seminários, para serem iniciadores de grupos de Ação Católica.

-Organizar em plano nacional, diocesano e paroquial, semanas e dias de estudos, congressos, etc, para estudar e conhecer melhor a ação.

-A Ação Católica não deve substituir ou suprimir outras obras e iniciativas apostólicas existentes na Igreja. Deve, pelo contrário, procurar uma intensa colaboração com as corporações e instituições destinadas ao cultivo da piedade, à difusão da cultura religiosa, conjugando esforços para o bem das almas.

-Que os religiosos e religiosas, particularmente nos colégios por eles dirigidos, prestem a necessária colaboração, criando núcleos de Ação Católica.

- A finalidade da Ação Católica deve estar sempre bem clara diante de todos: "defesa e propagação do Reino de Cristo, que é o reino de justiça, de amor e de paz". (18:17, 18)

Ainda no ano de 1935 surgiram os primeiros Estatutos Gerais da Ação Católica Brasileira, promulgados oficialmente em 9 de julho de 1935. Antes, porém, foram aprovados pelas congregações romanas. Estes Estatutos se baseavam na Ação Católica Italiana. Através deles, a Ação Católica Brasileira foi estruturada em quatro ramos, baseados em critérios de sexo e idade:

- Homens da Ação Católica (H.A.C)
- Liga Feminina de Ação Católica (L.F.A.C.)
- ↙Juventude Católica Brasileira (J.C.B.)
- Juventude Feminina Católica (J.F.C.)

Ao mesmo tempo, começaram a chegar informações de como funcionava a Ação Católica em outros países, tais como França, Canadá, Bélgica e Estados Unidos. Eram diferentes da Ação Católica Italiana. Com relação à diferença entre a JAC Italiana e a dos demais países como França, Canadá, Bélgica e Estados Unidos, podemos dizer que se situa mais pelo enfoque que cada uma priorizava. Sabemos com mais segurança que a JAC Italiana era mais

conservadora, portanto, mais voltada para um cristianismo centrado na salvação da alma e bem clerical, enquanto que a da França se voltava mais para o social. Era um cristianismo a partir da realidade social do meio, e pela atuação consciente do leigo comprometido. Alienação com a hierarquia existia, mas como uma cooperação, em conjunto, na realização da missão do leigo. A JAC, no Brasil, vai sofrer grande influência da JAC francesa.

Daquelas informações resultou uma nova reforma dos Estatutos, que foram aprovados em Roma em 4 de março de 1946 e promulgados no Rio de Janeiro, durante o I Congresso Nacional de Ação Católica, realizado de 31 de maio a 09 de junho de 1946. O novo estatuto reformado manteve os quatro ramos fundamentais do anterior, dividindo alguns em especializações:

- Homens da Ação Católica (H.A.C.).
- Senhoras da Ação Católica (S.A.C.).
- Juventude Masculina Católica (J.M.C.), contendo as especializações: JEC, JOC, JUC.
- Juventude Feminina Católica (J.F.C.), contendo as especializações: JECF, JOCF, JUCF (18:19)

A partir daqui começa a se esboçar uma tomada de consciência de que a especialização na A.C. era fundamental para torná-la cada vez mais adaptada aos problemas brasileiros. Isto já vinha sendo cobrado nos fundamentos da própria A.C. ao ser criada, pois, para ir ao encontro das pessoas teria de fazer a partir de cada meio onde estas estivessem inseridas. Esta necessidade se apresentava como o momento de concretizar o previsto como um dos princípios sugeridos pelo Papa Pio XI de que se devia "organizar a A.C. especializada por meios de vida". Concretamente, a especialização consistia em agrupar militantes do mesmo meio de vida, aplicando o método próprio da Ação Católica com a adaptação devida ao que era típico ou próprio de cada grupo.

Assim, em 1950, aconteceu a revisão dos Estatutos da Ação Católica Brasileira. Em julho deste mesmo ano, estes problemas, que se apresentavam no momento, foram discutidos na IV Semana Nacional da A.C.B., no Rio de Janeiro. As conclusões foram de que "os vários ramos do apostolado deveriam se especializar segundo o 'meio' dentro do qual se trabalhava. Surgiram assim: a JAC para o meio rural; a JEC para o meio estudantil secundarista; a JIC para o meio independente; a JOC para o meio operário;

é a JUC para o meio universitário". (18:20)

Estava assim concretizado o projeto que definitivamente estruturava a Ação Católica Especializada, onde os leigos atuavam, com a missão de restaurar o terreno perdido pela Igreja, procurando conquistar, através do testemunho de vida, em cada meio natural onde se encontram e vivem as pessoas.

O trabalho se realiza pelo método da FORMAÇÃO NA AÇÃO, traduzido no VER-JULGAR-AGIR ou, como é conhecido em toda a Ação Católica, o método da Revisão de Vida.

A partir do exposto, podemos claramente verificar a estreita ligação que tem a atuação da Igreja com a sociedade. Daí ser importante entendê-la como parte integrante da sociedade em que vivemos a cujos interesses serve. No próprio fato de se apresentar como tendo origem divina e se propondo a realizar o plano de Deus no mundo, ela oculta exatamente esta sua prestação de serviço à sociedade capitalista, como componente da sua perestrutura ideológica.

Tudo indica que foram as revoluções sociais, em momentos-chaves da História, os responsáveis pelas novas atitudes na Igreja. Daí a Ação Católica ter nascido como uma forma de fazer frente e se perpetuar no mundo, justamente na Europa, onde o capitalismo estava alcançando um estágio mais desenvolvido que permitia a concretização de determinadas mudanças. Neste sentido, a Ação Católica fica melhor compreendida como consequência do momento histórico em que, pelas descobertas e conquistas resultantes das lutas travadas, a classe trabalhadora foi construindo o seu projeto histórico, como ser social, tomando como referência a situação concreta que era a sua situação de trabalho. Desta forma fica mais claro porque ela surgiu na Itália, na França, no Canadá e nos Estados Unidos.

A todo um período de crises agudas, segue-se outro de reconstrução, e normalmente as pessoas se voltam para a harmonização da sociedade, visando sobretudo humanizá-la. A mensagem da Igreja se presta exatamente para este tipo de proposta. Naturalmente isto agrada ao poder dominante que procura na Igreja a sua aliada principal.

4. A JAC COMO MOVIMENTO ESPECIALIZADO DA AÇÃO CATÓLICA PARA O MEIO RURAL BRASILEIRO

4.1- Origem e estruturação a nível nacional

Como já vimos, a JAC originou-se da Ação Católica Brasileira, a partir do momento em que se definiu a ação através dos meios concretos de vida, ou seja, dos movimentos especializados. Como esta idéia da especialização era proveniente da Ação Católica francesa, a JAC do Brasil teve a sua linha de ação definida na experiência e na imagem e semelhança daquela. Apesar de a Ação Católica especializada só ter sido oficializada e estruturada no Brasil a partir de 1950, a JAC brasileira se iniciou em 1947. Os primeiros núcleos foram fundados em Timbaúba, no interior do Rio G. do Norte, pelo Dom José Medeiros Delgado então bispo de Caicó. Este período, de 1948 a 1950, foi a primeira fase do movimento e pode se chamar de "preparando os caminhos".(6:3) Estas iniciativas se constituíam tentativas isoladas e poucas pessoas, além de Dom Delgado, "acreditavam na possibilidade de uma JAC com elementos representativos do próprio meio".(6:3)

No entanto, a preocupação para que a JAC viesse a ser estruturada a nível nacional já existia e foi levada a sério. Em 1948, foi feita uma pesquisa por Ângela de Moraes Neves, com a finalidade de "abrir caminhos ao conhecimento mais aprofundado do meio rural".(6:4) Esta pesquisa foi feita no "distrito de Madalena, Município de Santa Maria Madalena, diocese de Campos, Estado do Rio de Janeiro".(6:4)

A pesquisa, supra citada, abrangia o levantamento de dados referentes à situação sócio-econômica, moral, religiosa, e também de aspectos típicos da vida dos jovens rurais.(6:4)

O resultado deste estudo serviu de suporte para a continuação de tantos outros. A conclusão a que chegou, foi suficiente para mostrar a complexidade do problema agrário. Estas conclusões foram estudadas na 3a. Semana Nacional de Ação Católica, realizada em Porto Alegre (RS), em outubro de 1948. Passaram a ser discutidas, o Secretariado Nacional da Ação Católica

Brasileira organizou-as num documento, de onde podemos sintetizar: "o nosso meio rural é um dos mais atrasados do mundo, pela falta de transportes, escolas, médicos e hospitais; pelo grande número de analfabetos, pela ignorância geral e religiosa".(6:4) Daí se concluir pela "urgência da Igreja atuar, de maneira organizada, no meio rural brasileiro".(6:4)

A preocupação fundamental era com a situação da evangelização e catequese do homem rural. Ressaltava-se a falta de padres, pois, diante da população rural de 64.000.000 ha. e a existência, apenas, de 10.000 padres, "impunha-se a necessidade da Ação Católica Rural"(6:5)

O início deste trabalho seria através de uma atuação expressa num Plano Mínimo de Ação Social e Formação Religiosa, que previa "a colaboração de professoras rurais, esposas e filhos de fazendeiros". Em relação aos filhos de fazendeiros, voltava-se a atenção, principalmente para aqueles que eram alunos de "colégios religiosos" e, que, nas férias, "poderiam realizar muita coisa nas fazendas de seus pais".(6:5)

Este Plano foi elaborado pelo Secretariado Nacional de Ação Católica Rural e apresentado também na 3a. Semana de Ação Católica de Porto Alegre, com base nos resultados daquela pesquisa.

Em síntese, era esta a Proposta:

a) Plano Mínimo de Ação Social,

"pequenas ajudas fáceis de prestar, como: injeções (dar e ensinar a dar); pequena farmácia organizada com amostras de remédios; pequenos curativos; leituras; explicação e distribuição de folhetos educativos, como os do SESP; organização de coros, pequenas orquestras locais; ensino de trabalhos manuais; indústrias rurais caseiras; arranjo do lar; preparo de ambiente para a fundação de pequenas cooperativas e de escolas; "(6:5)

Isto tudo se realizava "depois de fazer a comunidade sentir a importância desses empreendimentos".(6:5)

b) Plano Mínimo de Formação Religiosa

- "1. Nosso Senhor Jesus Cristo
(nascimento, vida, paixão ,
, morte e ressurreição);
2. Você sabe batizar?
3. O que Deus quer que a gente faça?
4. E quando a gente peca?
5. A beleza da Santa Missa.
6. Casar sim, mas casar bem.
7. Ensinando a rezar".(6:6)

O Secretariado Nacional de Ação Católica Rural, começou a funcionar em março de 1948, com 3 elementos, sendo 2 para o movimento de adultos(LAC - LACF), 1 para a JACF e um Assistente, que era padre.

Iniciava-se, assim, " um trabalho de coordenação das poucas experiências existentes (contatos por cartas e viagens) enquanto se incentivavam outras".(6:6) Isto se constituía os primeiros ensaios para o surgimento da JAC.

4.2 - A influência do contexto histórico

Na primeira parte procuramos situar, mesmo que de forma breve, algumas indicações do processo histórico de formação e desenvolvimento da sociedade brasileira, como referência fundamental para a compreensão de qualquer prática de intervenção social. Situando a Igreja na sociedade, já vimos como aquele processo, em seus vários momentos, sempre vem determinando a forma como esta se apresenta e atua. Já ficou claro que foi resultante de ações concretas em determinados momentos da História, que a Igreja, procurando readaptar-se, cria a Ação Católica. Ao longo do processo social, a Igreja sempre se situa nas novas circunstâncias que se apresentam.

Como a JAC é parte integrante desta forma de atuar da Igreja, convém que a situemos no contexto das décadas de 1940-1960, procurando explicitar algumas das influências deste no seu surgimento e forma de atuar.

A primeira ligação que podemos fazer é com referência ao momento em que surgiu, desenvolveu-se e extinguiu-se, como movimento especializado para o meio rural. Foi exatamente no período em que se deu o desenvolvimento do capitalismo, sob a forma de industrialização na cidade, e de redefinição da agricultura em forma de Empresa Agrícola no campo. Concretamente, o surgimento da JAC se aliou àquela tentativa que estava sendo desenvolvida no campo, referente à educação e extensão rural, como meio de capacitar o agricultor em novas tecnologias e conter a migração para a cidade, pelo desenvolvimento da comunidade.

Isto fica mais claro, com o atrelamento dela, desde as suas primeiras atividades, ao Ministério da Agricultura, que era o executor desta política no campo. Assim, as primeiras atividades, no sentido de formar seus quadros, se deram a partir de 1949, com a realização de um curso para vigários de paróquias rurais, que foi ministrado totalmente pelo referido Ministério, através do seu Serviço de Informação Agrícola. (6:6/11) Daí, seguiram-se tantas outras atividades, sempre ligadas a esta programação oficial, que pelo conteúdo das mesmas, pode-se ver que eram de punho marcadamente tecnológico, correspondendo

concretamente, muito mais à execução do programa daquele Ministério em relação à preparação e modernização do campo, do que a proposta mesmo do organismo da Igreja, que sempre se disse acima e além da sociedade humana. Presume-se que o Ministério encontrou, na estrutura da Igreja, o mais adequado canal de penetração, principalmente junto ao campesinato que confiava plenamente nela.

Assim, podemos resumir o conteúdo dos cursos realizados: cuidados com a agropecuária; saúde, higiene e educação; vida e organização rural. Também, a Ação Católica Rural, como meio de justificar a ação, como sendo da Igreja. Ainda se realizavam atividades como: Semanas Rurais, Cursos de especialização Agrícola; Cursos para dirigentes de JAC. Estas atividades eram, em sua quase totalidade, toda a programação do Ministério com relação ao meio rural naquela época.

Uma outra ligação que é possível fazermos, diz respeito aos participantes destas atividades. Estrategicamente eram escolhidas pessoas de influência nas localidades, como professoras rurais, criadores, agricultores e sacerdotes. Tratava-se de efeito multiplicador pois visava à propagação deste aprendizado no meio da população. Como podemos ver, eram pessoas que exerciam algum tipo de poder, geralmente possuíam bens como terra e gado, mas que simplesmente eram reconhecidas como dotadas de liderança, capaz de convencer aqueles a quem transmitiam as mensagens. Coincidentemente, esta era a orientação metodológica da educação e extensão rural daquele Ministério.

Vê-se que a JAC assimilou muito bem todas as diretrizes do contexto nos vários momentos e pautava a sua programação em consonância com tais necessidades. Tratava-se mesmo de promover o meio rural, como era a ideologia difundida, comprometendo a juventude rural com a idéia do desenvolvimento que se processava, integrando-se nele, o que implicava em capacitar-se no mínimo possível. Era a crença de que assim se teria um mundo rural novo, integrado à sociedade transformada como um todo.

É a partir destas influências que a JAC Brasileira vai formular as suas preocupações, definindo mais concretamente a sua proposta.

4.3- As preocupações da JAC Brasileira

O esforço empreendido para estruturar a JAC no Brasil, como vimos anteriormente, está ligado ao trabalho que a Igreja vinha fazendo em plano mundial. Este esforço da Igreja era no sentido de situar-se na nova sociedade que surgia, sob o impulso de lutas revolucionárias, no momento em que se engendrava no modo de produção ou superavam etapas menos desenvolvidas dentro do mesmo modo de produção. Estes movimentos sociais abalaram o poder da Igreja e esta procurou por todos os meios reconquistar os homens. Isto se dá com mais ênfase a partir da Idade Média quando, pela sua forma de ver o mundo, procura a sua secularização.

No que diz respeito à Igreja como um todo isto se deu através do apostolado dos leigos, num movimento organizado que se chamou Ação Católica onde a JAC era o ramo especializado para o meio rural.

Assim, as suas maiores preocupações no Brasil eram "dar aos jovens rurais uma formação dentro da vida" e "a uniao de todos os jovens rurais". (6:14,16)

Vale ressaltar ainda, textualmente, o depoimento que registra e documenta, comprovando a afirmação anterior de que a Igreja, vendo que havia perdido a classe operária, redefiniu-se com o objetivo de reconquistá-la. Era novamente o intento de reconquistar o mundo para si. Por sinal, este objetivo da conquista era o ponto norteador das ações dos militantes da JAC e de toda a Ação Católica, expresso nos princípios norteadores do Papa Pio XI. O depoimento é:

"desde o início a JAC tenta fazer esse trabalho e sabe que, se falhar, se não der aos jovens rurais a resposta cristã que esperam, outros, em seu lugar, agitarão a massa e, então, a Igreja terá perdido a juventude camponesa". (6:16)

Além destas preocupações chaves, no ano de 1959, a JAC Brasileira se voltou na sua ação para as seguintes atividades:

- realização do I Congresso Internacional de Juventude rural, em maio de 1960, a realizar-se em Lourdes, França;
- intensificação da formação de dirigentes, militantes e assistentes;
- criação dos secretariados regionais no Nordeste e no Sul;
- aumento do número de elementos nas equipes diocesana e nacional.

As atividades descritas mostram a necessidade de estruturação em plano nacional, em decorrência da expansão e sistematização que o movimento foi tendo. Também se apresenta o primeiro movimento de integração, a nível internacional, com a participação no Congresso em Lourdes.

A JAC atuava no meio rural, operacionalizando as suas preocupações-chaves, através de Programas, Serviços, Assembléias gerais e populares, Cursos e Festas rurais.

O método de trabalho, conforme já nos referimos em outro momento, era o VER, JULGAR e AGIR, que se denominava de Revisão de Vida. Este método consiste numa "análise da realidade", partindo dos fatos de vida onde se escolhia aquele que merecia uma reflexão. Esta análise se iniciava com um VER da realidade, a partir daquele fato, procurando descrevê-lo em seus pormenores e encontrando ali as pessoas envolvidas. Em seguida se fazia um JULGAR à luz do evangelho, procurando descobrir os valores e os contra-valores, existentes no fato, e os apelos de Deus às pessoas envolvidas, aos militantes e à comunidade, no sentido de modificá-lo. O resultado do JULGAR era concretizado no AGIR, onde se definia o plano de atividades a serem executadas, no sentido de modificar a situação refletida. Isto se constituía o que se chamava "formação na ação", "na vida" e no "meio".

O grande objetivo era fazer com que os jovens se comprometessem com a transformação dos problemas dos outros jovens e do meio, procurando dar testemunho de cristãos, filhos de Deus. Era o exercício do amor ao próximo como a si mesmo, eliminando o egoísmo. Este egoísmo era o maior mal que existia no coração das pessoas, como decorrência natural do pecado original.

A operacionalização da ação, como elucidamos um pouco atrás, se fazia através de várias atividades e instrumentos. Estas

atividades práticas estavam organizadas no Programa Anual e eram desenvolvidas através de reuniões, encontros, dentro dos serviços de cultura, recreação e orientação profissional. Ainda se realizavam assembléias gerais, populares, cursos variados e festas rurais, onde se envolvia toda a comunidade.

No contexto do golpe de 1964, a JAC não teve maiores implicações em decorrência de sua ação, como aconteceu com a JEC e a JUC. Apenas as dificuldades normais que um período de mudanças sócio-econômico-políticas como foi este, acarreta. Em relação às consequências do golpe para a JAC, se diz o seguinte:

"Os acontecimentos de 30 de março, trouxeram várias consequências para a realização do nosso conselho:
- a data do Conselho foi transferida para o dia 09 a 21 de abril.
- não foi possível a participação dos nordestinos. Isto porque o nacional não conseguiu as passagens de cortesia, que todos os anos adquireria. E mesmo, no nordeste, não era possível viajar". (2:1)

Destes Conselhos saíram como Programa de Ação a temática voltada para o namoro e, no Conselho seguinte (1965), o Programa voltado para a Agricultura. Realmente, os temas poderão estar condicionados pelo clima novo que se desenvolve no país e toda a temática se alicerça na crença de "novos rumos para a juventude rural", como se expressa no Boletim novo que se cria em 1964. (12)

O período compreendido entre 1968 e 1970 foi marcado por profundos questionamentos acerca da ação do movimento como um todo. Em consequência foi definida uma outra linha de ação que implicou na rejeição do método tradicional VER: JULGAR: AGIR, pelo "Método Científico de Análise da Realidade". A nova forma de atuação que foi definida consistia mudança de "pequenos grupos" e exclusivamente "de juventude", para linha de "massa" e do "conjunto da população do meio" onde o jovem era integrado, com as mesmas preocupações e problemas comuns, pela situação de trabalho.

A seguir, situaremos a ação da JAC, de forma mais globalizante, pela evolução que foi se dando em sua prática. Ali perceberemos outros traços da influência do contexto sobre a mesma, identificando as limitações, distorções e equívocos,

concretamente, a ação da ideologia que estava presente em cada momento decisivo, quer seja nos programas, quer na forma metodológica de conduzir a reflexão da realidade.

4.4- A evolução da prática

Uma visão retrospectiva da prática da JAC nos leva a constatar uma evolução. Como qualquer prática social, a JAC foi acompanhando as exigências que os vários momentos da sociedade como um todo, e particularmente a brasileira, iam apresentando. Daí ser fácil a compreensão de que, mesmo evoluindo na sua prática, atualizando as formas de atuação, os objetivos básicos permaneciam os mesmos. É interessante ressaltar a temática dos Programas de Ação no período 1953/67. Aí se percebe que sempre havia um aspecto da realidade existencial do indivíduo, associado à questão profissional para os homens e à orientação doméstica para as mulheres. Tudo isto, no seu conjunto, era definido e vivenciado no abstrato, no idealismo. Daí toda a programação ser elaborada sem situar concretamente o jovem rural, numa situação dada, e desenvolvida de forma isolada, isto é, cada ano um aspecto, sem conexão com a totalidade concreta.

A própria visão da Realidade, que permeava e orientava as atividades, era limitada, distorcida, falsa, porque ficava ao nível da simples constatação de FATOS. Estes fatos eram tomados como que falando por si mesmos, tal era o poder de explicação que tinham, como se explicita bem na descrição do método VER-JULGAR-AGIR. Parte-se do fato e se volta a ele para transformá-lo. Toma-se uma ação secundária, periférica, como sendo a fundamental, a concreta.

Ao definir-se por algo mais situado, o faz pela orientação de um compromisso individual. Por isto, a programação que vai de 1953 até 1964 é estabelecida de cima para baixo, mesmo contando com a participação das "bases", e com temas de caráter moralista, cristão e individualista. Este individualismo ~~permanece apesar da forma coletiva, grupal em que se dava a~~

prática. O grupo servia muito mais como pressão para a transformação individual da pessoa do que como luta social. Não podemos entender isto sem a referência à corrente teórica que orientava o pensamento católico da época, que era o personalismo e o existencialismo.

A partir de 1965 como os tempos são outros, a JAC dá um grande passo nos seus rumos, quando atenta para a compreensão da Realidade Brasileira. O seu programa anual ressaltava a ideologia do momento definido pela CONSTRUÇÃO DE UM BRASIL NOVO, a partir de um mundo rural novo. (5) Sem dúvida, situava-se na realidade brasileira, criada pós-64; no entanto, esta entrada na realidade ainda não permitia compreender os fenômenos que se expressavam no meio rural. Isto porque não passavam de um elenco de fatos, sem que se fosse à raiz dos mesmos, como uma síntese histórica da sociedade capitalista.

A JAC, ao buscar compreender e atuar a partir da realidade, o faz ainda de modo abstrato, isto é, sem referência ao concreto e com a idéia de HOMEM-INDIVÍDUO como ser histórico. Esta visão leva o movimento a procurar definir o papel histórico da juventude rural e a sua missão histórica no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

Com esta orientação, de 1966 a 1968, foi definido como programa a ser vivido: 1966- descoberta da realidade;

1967- o papel da juventude no desenvolvimento;

1968- organização da juventude rural.

É possível percebermos a visão limitada das decisões tomadas em abstrato, estanques (sem a perspectiva de totalidade) e com a imprecisão característica das definições idealistas.

Definindo-se como movimento apostólico que queria a união da classe camponesa, revela-se equivocado, enquanto considera o meio rural como independente do restante da sociedade, como se houvesse uma "classe" rural. A "classe" rural organizada se promoveria e assim participaria do desenvolvimento.

Mesmo se definindo como o "único movimento de jovens rurais no Brasil" e, se propondo a "unir e organizar a ação de todos os jovens rurais", (7:11) afirmando que "nenhum problema da juventude camponesa pode ser estranho à JAC", (6:14) tratando de

problemas sindicais e da reforma agrária, a JAC não se orienta na sua prática pelo conceito de classes sociais, embora esta apareça expresso em alguns documentos.

Nos seus objetivos assim se expressa:

"1º-a promoção integral dos jovens rurais, isto é, que eles desenvolvam todas as suas qualidades como pessoa humana e filho de Deus.

2º-a união de todos os jovens rurais para uma transformação e promoção de todo o mundo rural.

3º-uma educação dos jovens rurais a uma vida de fé mais adulta, que os leva a viver sua fé em todos os aspectos de sua vida". (7:12)

E vai além, em outro documento:

"2.a união de todas as jovens rurais despertando-lhes a consciência de classe e para a transformação e promoção do mesmo mundo rural". (7:11)

Pelo exposto, a JAC dissimula a existência da sociedade capitalista e a luta de classes. Isto explica porque toda sua orientação e proposta eram imprecisas, vagas, em abstrato. O exemplo mais claro disto está quando ela define quem são os jovens rurais:

- "- filhos de grandes e pequenos proprietários.
- jovens rurais assalariados.
- jovens operários de usinas e indústrias rurais.
- jovens de pequenas cidades rurais que podem ter profissões diferentes como: comerciantes, pedreiros, alfaiates, etc.". (7:11)

Como "harmonizar", num grupo de trabalho, interesses de jovens, filhos de grandes proprietários, com os dos demais grupos? Como trabalhar pela "promoção" da juventude numa sociedade

desigual? Como trabalhar pela "promoção" e "transformação" do mundo rural, se ele não é autônomo? O que se entende pela colocação formulada de "consciência de classe"?

Visto tudo isto, é importante que retomemos a questão da formação da juventude rural. Com a visão de meio rural como se fosse autônomo e de realidade brasileira subdesenvolvida, que merece ser superada, a formação da juventude vem como consequência, também distorcida, em abstrato. Desagrega-se o jovem rural como que independente dos adultos e trabalhadores explorados. Por isto, a idéia da "promoção integral" e "união para transformar e promover o meio rural". Numa visão histórica de formação e desenvolvimento da sociedade capitalista, como totalidade, o jovem não pode ser visto como a JAC o definia. Como obscurecer a sua condição de trabalhador produtivo antes dos 7 anos de idade?

Estes pontos evidenciados, de modo muito rápido, são importantes para nos situar e ajudar na compreensão da prática da JAC. Como prática social, esta se deu em meio a contradições que pouco a pouco foi possibilitando uma reflexão questionadora de si mesmo.

Os seus objetivos explícitos não se concretizaram. As comunidades não conseguiram se organizar e o meio rural tão pouco se transformou. A juventude também não se promoveu. Aqueles que participaram dos quadros (coordenações paroquiais, diocesanas, regionais, nacionais e internacionais), com raras exceções, voltaram a se fixar no meio de origem. Dada a capacidade de raciocínio e modo de abordar as pessoas, expor, e conseguir "vender idéias", que desenvolveram pela prática, foram absorvidos por sindicatos, cooperativas, secretariados da Igreja, movimento de educação popular e pelo próprio aparelho de Estado. Isto lhes deu a idéia de continuarem comprometidos com a causa do meio rural, servindo-o, conforme haviam sido preparados no movimento, mantendo, portanto, a ilusão de que sua ação individual tivesse um efeito multiplicador.

Com o avanço do processo de expansão e acumulação capitalista, sem que a JAC se voltasse para a sua compreensão, não mais se sustentou como vinha e passou a questionar-se sobre si mesma. Era uma tentativa de explicar-se no momento, isto é, sua razão de ser. Interpretou seus impasses, atribuindo como causa a falta de mística dos seus militantes, e questionou a representatividade

junto à juventude rural, tentando redefinir-se, tendo em vista a sua missão histórica na sociedade daquele momento. Por falta de uma orientação numa perspectiva mais consistente, não logrou sobreviver, apesar da tentativa de recolocar-se na sociedade de forma diferente.

Foi o momento em que, a partir de 1968, o movimento se encaminhava para esta nova etapa, orientado por uma visão mais crítica da realidade, guiada pelo "método científico de análise da sociedade". Isto se deu até 1970, quando a JAC se extinguiu como entidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho pretendeu resgatar a experiência da JAC no Brasil, como uma ação educativa, não formalizada da Igreja, no meio rural, situando-a, mesmo que superficialmente, no contexto histórico das décadas de 1930/1970. Limitado pela circunstância de não ser possível fazer uma análise mais aprofundada do movimento, encerramos com algumas indicações que podem orientar o estudo mais conclusivo, em relação à questão da ideologia, da formação da consciência e da transformação social, que estão presentes nas intenções da JAC, como apostolado da Igreja.

A ação da Igreja, como se apresenta, é ideológica, no sentido de que dissimula a situação de exploração no modo de produção capitalista, como a essência das determinações que regem as relações na nossa sociedade: relações de classes, de produção, em que os resultados do trabalho humano são usufruídos de modo desigual. A classe detentora do capital se apropria do resultado do trabalho da classe trabalhadora. É este mecanismo da exploração, a mais-valia, que é dissimulado. A Igreja desempenha esta função ideológica nas suas posições, como já vimos: sente-se na sociedade, mas não como parte dela, pois está acima dela, servindo-a; reconhece as desigualdades sociais, um certo nível de exploração, mas apela sempre para a compreensão e boa vontade da classe dominante, no sentido de que esta conceda parte de suas condições para o "bem-estar" da classe trabalhadora; resguarda-se sempre em não se posicionar decididamente por apoiar, de seu lado, a luta da classe trabalhadora pela superação deste modo de produção capitalista, apoiando-se em dois argumentos que estão sempre claros em seus pronunciamentos: não ser a favor da luta de classes e sempre admitir o fundamento da propriedade privada. Por fim, com a negação de que só existe uma HISTÓRIA, a História da luta de classe, onde, ao longo do processo histórico, os homens vêm sempre construindo-transformando-reconstruindo a SOCIEDADE, com nas relações de produção.

Esta História se dá aqui, construída pela ação de homens determinados. A Igreja tenta negar este aspecto concreto, desvi-

ando o sentido da existência humana e a luta pela sobrevivência, para o sobrenatural. É exatamente neste ponto onde se dá sua estreita colaboração com a sociedade vigente, caracterizando estas situações concretas como naturais, eternas, em que as soluções dependerão sempre das pessoas que estão acima dos explorados, isto é, dos que detêm o poder; assim como a libertação total e a solução definitiva, que supera os males da sociedade, virão de Deus, Poder que está acima até dos poderosos da terra.

Logo, a Igreja é um aparelho ideológico do Estado, pois atua na parte da superestrutura ideológica da sociedade, que por sua vez é determinada pela base estrutural ou o modo de produção capitalista.

Dai, ser mais fácil compreender porque ela sempre acompanha as determinações do momento histórico, uma vez que este é conduzido pelos interesses que, em determinado momento, são os interesses da classe dominante, detentora do capital.

Entende-se melhor porque a JAC, como organismo da Igreja, surgiu em determinado momento e não noutra e, em particular, porque os seus objetivos e forma de atuação se conduziram sempre de forma a referendar o discurso ideológico do sistema capitalista no período em que se fez necessária tal colaboração. Era o compromisso com a "modernização do campo", sem que isto implicasse numa transformação radical da estrutura da propriedade e sem referência nenhuma ao modo de produção vigente. A modernização do campo era a crença de que a "tecnologia" seria o motor da transformação do campo, e assim as pessoas teriam vida melhor. Nunca se percebia a contradição de classe, onde a tecnologia viria servir exatamente aquela, que no campo detinha a propriedade da terra, em condições de ser beneficiada com os incentivos governamentais, para aquisição de todas as condições de produzir na sua terra. Ao mesmo tempo, a classe sem terra, nas condições da anterior, era expulsa como mão-de-obra para a indústria, nas cidades maiores.

Dai, o trabalho da JAC, só com jovens rurais; relacionando com o trabalho apenas no aspecto da capacitação tecnológica e, ainda, a doutrinação do valor do trabalho, a dignidade deste, como meio de sustentar a capacitação tecnológica; por outro lado, a "mística" do SERVIÇO ao próximo, à comunidade local

é ao compromisso com a verdade, a justiça, a fé, etc., como meio de promoção do jovem, visto agora sob a ótica do movimento histórico, vê-se com mais clareza a sua função ideológica. A JAC era, então, um dos mecanismos, através da qual a Igreja cumpria muito bem a sua função ideológica no meio rural. Assim, também se entende a razão maior de nunca ela querer perder a sua posição junto à classe trabalhadora e o porquê de ter criado a Ação Católica Especializada por MEIOS DE VIDA. Só assim era possível manter a sua função ideológica na sociedade, a partir da situação de trabalho real em que se encontravam os trabalhadores, nos seus diversos meios, garantindo assim que o concreto desta mesma situação de trabalho não chegasse a ser revelado.

Convém, ainda, chamar a atenção para algo fundamental, que é decorrente de tudo isto. É a definição da ação educativa da Igreja, e isto se refletia na JAC, que se dava através das consciências. Esta explicitação nos ajuda a ver o quanto de coerente é todo o engendramento da proposta da JAC, no sentido de enfatizar a sua ação como formadora da consciência. Assim, procurava despertar, fundamentar e exercitar a consciência individual de cada participante, o que resultava na promoção pessoal. Este mecanismo terá sido o que mais contribuiu para que não chegassemos a ter uma visão como classe trabalhadora, explorada, com um projeto histórico em andamento. Era, então, o mecanismo de maior força ideológica, pois baseado nele se exigia coerência individual no compromisso e fidelidade à Igreja, ao movimento e à comunidade, como testemunho de vida moral, social, religiosa, claro, no contexto de sua fundamentação e exercitação doutrinária.

Concretamente, resultou esta formação numa perspectiva reformista, adaptadora dos seus participantes à sociedade vigente. Os egressos da JAC estão sempre prontos a colaborar para que a sociedade melhore, mas não comprometidos como classe para a transformação desta.

Como a ação ideológica não é hermeticamente fechada ao ponto de não permitir que se desmistifique, há as lacunas em seu próprio bojo, como contradição que permite avançar o conhecimento, desvelando-a. A partir disto, alguns egressos chegaram a se questionar e a questionar toda a ação e tomar novas atitu-

des. No entanto, dada a força ideológica da orientação transcendental, reformista e conciliadora da Igreja, em resumo, idealista, é possível que se tenham perdido a tal ponto que não mais estejam acreditando em nada. Destes resultados, é possível atribuímos algo de positivo à ação da JAC, pois a partir de pequenas questões que tenham ficado, até adormecidas em dado momento, é possível uma retomada do processo e a reintegração no grande esforço com o qual se debate, cotidianamente, a classe trabalhadora. Hoje existem novas opções, novas indicações na própria Igreja, das quais podemos partir para uma nova etapa. Contudo, é preciso analisá-las bem, vendo qual o embasamento maior que a orienta e sobretudo se aponta na direção do único processo histórico.

Convém deixar bem claro que uma consciência de classe não se obtém de forma pronta, estanque, mas no caminhar do processo, na luta deliberada e firme pela superação das contradições. Daí, ser reformista a proposta da JAC e da Igreja de atuar em nível das consciências porque,

" ... na produção social da sua vida os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas, pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consci-

ência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali. De forma de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações se convertem em obstáculos a elas. E se abre, assim, uma época de revolução social. Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela ..."(11:301)

Esta colocação deixa bem claro que a formação da consciência não se dá de consciência à consciência, mas sim a partir, e no processo social. Igualmente que as transformações na sociedade não vão se dar a nível das consciências, mas sim da mudança da base econômica material.

Em outra oportunidade, Marx e Engels nos colocam outras referências importantes que nos possibilitam endereçar a reflexão para compreendermos a Igreja como aparelho ideológico do Estado e sua ação, em decorrência, como ideológica:

"Até agora os homens formaram sempre idéias falsas sobre si mesmos, sobre aquilo que são ou deveriam ser, organizaram as suas relações mútuas em função das representações de Deus, do homem normal, etc., que aceitavam. Estes produtos do seu cérebro acabaram por os dominar: apesar de criadores, inclinaram-se perante as suas próprias criações. Libertemo-

los; portanto das quimeras, das idéias, dos dogmas, dos seres imaginários, cujo jugo os fez degenerar. Revoltemo - nos contra o império dessas idéias. Ensinemos os homens a substituir essas ilusões por pensamentos que correspondam à essência do homem, afirma um; a ter perante elas uma atitude crítica, afirma outro; a tirá-las da cabeça, diz um terceiro - e a realidade existente desaparecerá". (9:7)

Ainda é importante ter presente que a "essência humana não é uma abstração inerente ao indivíduo singular. Em sua realidade, é o conjunto das relações sociais". (10:127)

Esta referência se faz necessária pela concepção idealista que a Igreja tem do Homem, pois, dissimulando a luta de classes, atribui ao HOMEM, em si mesmo, uma dignidade intrínseca, um valor absoluto e inalienável como pessoa humana. É a exaltação do INDIVÍDUO-SUJEITO. Esta forma de conceber a essência humana é ideológica, porque não situa o Homem no seu concreto, na sua situação histórica determinada. A essência humana, dada a situação determinada em que vivem os homens na sociedade, é social, portanto coletiva e não individual. É fundamental que repensemos o nosso conceito a este respeito, pois isto nos leva a pensar o Homem individualmente como sujeito da História, quando não o é. O sujeito da História são as classes sociais. O Homem é um ser histórico enquanto ele é situado numa classe social determinada, numa dada sociedade e em momentos históricos determinados.

Por tudo isto que vimos é que se faz necessário aprofundar este estudo, apenas iniciado. Quem sabe possamos obter novas luzes no sentido de melhor compreender o processo histórico e os obstáculos que se apresentam na luta. A influência da Igreja é muito grande e por esta razão se explica a relevância de uma reflexão desta natureza, para que compreendendo nas suas contradições principais, possamos encontrar formas de fazer avançar o processo histórico.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AÇÃO católica e presença no mundo. s.l.,s.ed, s.d. mimeog.
2. CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA, 3., Rio de Janeiro, 1964. Temário e conclusões. Rio de Janeiro, 1964. mimeog.
3. FREITAG, Bárbara. Escola estado e sociedade. São Paulo, EDART, 1971.
4. IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
5. JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA. Construamos um mundo rural novo: programa da JAC 64/65. Rio de Janeiro, 1964.
6. _____ . A JAC no Brasil. Rio de Janeiro, s.d.
7. _____ . Novos caminhos para a juventude rural. Rio de Janeiro, 1963.
8. LÊNIN, V. O imperialismo: fase superior do capitalismo. 2.ed. São Paulo, Global, 1982.
9. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. 4.ed. Lisboa, Presença, 1980. v.1.
10. _____ . A ideologia alemã: Feuerbach. 3.ed. São Paulo, Ed. Ciências Humanas, 1982.
11. _____ . Obras escolhidas. São Paulo, Alfa - Omega, s.d.
12. NOVOS RUMOS PARA A JUVENTUDE RURAL. Rio de Janeiro, v.1., n. 1., out./dez., 1964.
13. OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
14. PONCE, Aníbal. Educação e luta de classes. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1981.
15. PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 19. ed. São Paulo, Brasiliense, 1976.
16. REDDEN, John D. & RYAN, Francis A. Filosofia da Educação. 4. ed. Rio de Janeiro, AGIR, 1967.

17. ROXO, Roberto M. Teologia do laicato: a eclesiologia e os leigos. Mossoró, s.ed., 1970. mimeog.
18. SIGRIST, José Luiz. A JUC no Brasil: a evolução e impasse de uma ideologia. São Paulo, Cortez, 1982.
19. TEIXEIRA, Jandira Araújo. As idéias fora do tempo: uma experiência de alfabetização funcional. São Carlos, UFSCar, 1980. Dissertação de mestrado.

7. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALTHUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos do estado. 3. ed. Lisboa, Presença, 1980. 120 p.
- BARREIRO, Júlio. Educação popular e conscientização. Petrópolis, Vozes, 1980. 186 p.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e educação popular: um estudo sobre educação de adultos. São Paulo, Pioneira, 1974. 189 p.
- BEZERRA, Aída. As atividades em educação popular. CEI, Rio de Janeiro, (17): 35-57, abr., 1977. supl.
- _____. _____ Rio de Janeiro, (22): 2-21, out., 1978. supl.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. O que é ideologia. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981. 125 p.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. Perspectivas pastorais para o Brasil de hoje. Rio de Janeiro, Liv. Dom Bosco, 1963: 48 p.
- _____. Plano de emergência. Rio de Janeiro, Liv. Dom Bosco, 1962. 72 p.
- _____. Plano de pastoral de conjunto. 1966-1970. Rio de Janeiro, liv. Dom Bosco, 1966.
- DIOCESE DE MOSSORÓ. Documento-base da Pastoral: biênio 67-68. Mossoró, 1967. 40 p. mimeog.
- JARA, H. Oscar. Educación popular: la dimensión educativa de la acción política. Educação & Sociedade, São Paulo. 4. (10): 5-27, set., 1981.
- JUVENTUDE AGRÁRIA CATÓLICA. Despertando para a vida. Rio de Janeiro, 1963. 49 p.
- _____. Revisão de vida. Rio de Janeiro, 1967. 64 p.
- KUNZ, Edmundo L. JAC - Juventude nova para o mundo rural. Porto Alegre, s. ed., 1958. 95 p.
- LIBÂNIO, João B. Formação da consciência crítica. Petrópolis, Vozes. 1980-82. 3.v.

- LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe: estudos de dialéctica marxista. Porto, Publ. Escorpião, 1974. 378 p.
- MARX, Kárl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 579 p. v. 1.
- PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. São Paulo, Loyola, 1973. 368 p.
- _____. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980. 208 p.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico: diretrizes para o trabalho didático-científico na Universidade. 7. ed. São Paulo, Cortez, 1980. 194 p.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 6. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. 512 p.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social: leituras básicas de sociologia rural. 2. ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976. 239 p.